



# BALDIOS

Situamo-nos nas vésperas da publicação da lei dos baldios e do lançamento de equipas civis de dinamização e esclarecimento. No entanto, no contacto diário dos militares com as populações vão surgindo problemas ligados aos baldios. Importa pois reflectir sobre alguns factos e sobre a nova perspectiva em que temos de colocar-nos para enfrentar correctamente este problema, na sua faceta primordial da restituição dos baldios aos povos.

## ALGUNS FACTOS ESSENCIAIS

### 1. Ocupação pelos Serviços Florestais

Os baldios eram terrenos comunitários. Nuns casos havia mesmo uma economia comunitária, enquanto noutros os baldios eram utilizados livremente por toda a gente do povoado.

A ocupação deu-se contra a vontade dos povos, embora nuns casos os Serviços Florestais tenham chegado a um certo entendimento com eles, e noutros casos não o tenham feito ou conseguido, procedendo então à demarcação com auxílio de forças repressivas.

As marcações obedeceram, umas vezes, aos ditames dos povos, respeitando o que era logradouro, e outras vezes, não obedeceram, desrespeitando os logradouros.

A economia da montanha foi destruída. Talvez o seu fim não estivesse longe, por outras causas, mas o que de facto acabou com ela foi a ocupação pelos Serviços Florestais.

Os rendimentos originados nos Perímetros só muito tarde começaram a ser pagos às autarquias, e mesmo assim em percentagens arbitrárias, as mais das vezes, extremamente baixas.

Existiu sempre uma grande polémica, em certos Perímetros, quanto à entidade a que pertenciam — Junta de Freguesia, Câmara Municipal.

### 2. Evolução sócio-económica dos povos

Durante o longo período que medeou entre a ocupação pelos Serviços Florestais e a publicação da lei, a realidade sócio-económica alterou-se não só nos povoados vizinhos dos baldios, como nas regiões. Houve emigração para o estrangeiro e para as cidades. Mas os emigrantes sempre se mantiveram ligados à sua terra, motivo porque continuam hoje a sentir profundamente os seus problemas.

Houve transferência total ou parcial de actividade dos cidadãos que continuaram a viver nesses povoados: viraram ao comércio e à indústria, locais ou próximos.

Por outro lado, muitas das aldeias passaram a ser servidas por caminhos ou estradas, luz eléctrica, e só raramente água canalizada. Mas muitas outras, ainda hoje não conhecem senão o isolamento e os poços ou charcos.

A escolaridade foi chegando, mais cedo ou mais tarde, a toda a parte. Mas as condições são, genericamente más — desde as instalações até à qualidade de muitos dos agentes de ensino; desde a localização das escolas até às insuficiências de toda a ordem de que sofrem as crianças.

A assistência na doença, na maior parte dos casos continua a não existir.

Entretanto, uns povoados contraíram-se socialmente, enquanto outros se desenvolveram, embora limitadamente. Mas muitos ficaram de tal maneira cercados pelos Serviços Florestais que qualquer expansão só podia fazer-se à custa do "terreno dos florestais".

### 3. Divisão de baldios

Esta questão não teve concretização nos baldios que ficaram sujeitos ao regime florestal, mas ocorreu em muitos outros.

Umhas vezes houve apropriação da parte de grandes senhores (proprietários ou caciques políticos), legal ou ilegalmente, de parcelas mais ou menos consideráveis, e geralmente as melhores. Outras vezes, foi o Governo que autorizou as autarquias a venderem-nos para pagar as despesas próprias.

Casos houve em que os baldios foram "arrendados" (por rendas ridículas, e sempre a grandes senhores ou sociedades).

Em muitos dos casos em que houve parcelamento, as glebas foram sendo vendidas ou cedidas, nuns casos a outros vizinhos, noutros a estranhos. E nem sempre o parcelamento foi equitativo, pois muitas vezes uma parte do baldio era entregue aos grandes senhores, enquanto outra parte distribuída pelos pequenos agricultores. E, para agravar a situação, as parcelas eram cedidas a preços de "corda na garganta", quando os pequenos agricultores eram levados a essa situação, depois de terem desbravado a terra.

Em suma, a divisão dos baldios conduziu geralmente a um emprego de forças por parte dos pequenos, que ao chegarem aos limites da impossibilidade, as passaram para os grandes. Entretanto, aquilo que começou por ser dividido equitativamente por todos (na hipótese mais favorável) passou a mais ou menos breve trecho para as mãos de alguns — exactamente os mais fortes economicamente. Portanto, "a divisão dos baldios tem facilitado e continua a facilitar a concentração" da terra nas mãos dos maiores proprietários.

## NOVA PERSPECTIVA

1. A política encetada pelo Governo Provisório tem dois aspectos que interessa considerar na análise da questão "baldios". São eles o princípio da satisfação das classes até agora mais desprotegidas, e a via socialista para Governo do Povo.

### 2. Satisfação das classes desfavorecidas

Sem dúvida nenhuma que as populações serranas — as primeiras interessadas nos baldios — são daquelas mais desprotegidas durante o longo regime fascista. Note-se que, na década de trinta, algumas dessas comunidades tão pouco utilizavam a moeda nas suas trocas: prova de que estavam num estágio de civilização muito atrasado; e as suas condições de vida, como atrás se assinalou, foram agravadas pela forma como se operou a ocupação dos baldios.

Nestes termos, tornou-se imperioso satisfazer a breve trecho as principais aspirações dessas comunidades.

Aliás, contribui fortemente para tal o facto de, desde há muito, os baldios se terem transformado numa bandeira política utilizada pelos povos e as suas organizações políticas contra a ditadura fascista. Assim se estruturaram movimentos reivindicativos que cada vez mais fortemente se implantaram no seio das populações interessadas. Esta consciência política do problema dos baldios (estes também de origem e evolução essencialmente política) encontra-se hoje muito radicada em algumas regiões, nomeadamente entre o Vouga e o Douro, mercê dum trabalho político ali desenvolvido durante anos, preconizando a devolução dos baldios aos povos.

Por outro lado o Governo Provisório tem praticado e preconizado uma política de verdade. Ora, nos baldios, há, de imediato, uma verdade que importa repor: é ela a restituição aos seus legítimos donos dos terrenos que eram já particulares aquando da submissão ao regime florestal. Esta será pois a primeira medida a activar para, a partir da reposição duma situação de verdade, se poder avançar, com os pés firmes, para tudo o mais que há a fazer.

A outra situação que há que reparar é a que decorre da apropriação indevida de parcelas de baldios ou da sua totalidade. Esses terrenos, que foram apropriados legal e ilegalmente, quer por entidades privadas quer públicas, quer por pessoas individuais, terão de voltar à posse dos seus legítimos utentes. É isso mesmo que prevê a nova lei dos baldios.

Além disso, há que reconhecer que o Estado arrecadou receitas que pertenciam aos povos — motivo por que este facto foi tido em consideração na fixação das percentagens das receitas provenientes da venda do material lenhoso, a atribuir aos utentes.

### 3. Construção do socialismo

Esta é a nova condição que mais profundamente determinará a posição correcta para enfrentar revolucionariamente o problema. Na realidade, além da reposição da verdade, já atrás referida, acresce agora a necessidade de analisar o problema sob uma óptica revolucionária, de tal modo que a construção do socialismo em Portugal seja operada desde já

neste campo, atingindo pois a zona das comunidades serranas, através duma correcta perspectivação dos objectivos a alcançar e do lançamento de formas e conceitos que desde já apontem para esse objectivo, em vez de o comprometer.

O aspecto que primeiro ressalta é o da colectivização. E esta desdobra-se, abarcando ao mesmo tempo a colectivização da propriedade e a colectivização do trabalho.

### **3.1. Colectivização da propriedade**

Aqui se encontra um factor muito positivo, pois que o baldio era já uma propriedade tradicionalmente colectiva. Portanto o que importa é que, com a devolução dos baldios aos povos após 30 a 40 anos de usurpação, eles voltem a ter a mesma existência comunitária que tinham antes.

Oferece-se aqui um campo de luta provavelmente amplo. Na realidade, o fascismo tudo fez para aniquilar todos os resquícios de comunitarismo, ou colectivismo, ou associativismo. Daí que hoje surjam muitos oportunistas, até mesmo utentes legítimos dos baldios, lutando pela divisão destes e consequente apropriação privada — a mais importante de entre as várias formas susceptíveis de acabar com o carácter colectivo dos baldios.

Por outro lado, as bases dos sistemas comunitários que existiam há 40 anos atrás foram em muitos casos fortemente subvertidas, logo que os membros mais válidos das populações foram obrigados a mudar de vida, nomeadamente através da emigração; e à medida que os mais velhos foram desaparecendo. Por isso poderá suceder, hoje, que em muitos casos esta pretendida continuação dum passado longínquo não passe de mera utopia, de mero sonho idealista.

Porém, a contrariar este fenómeno, existem dois outros que podem operar fortemente. Um é o regresso de muitos portugueses à sua terra natal, não só por dificuldades de trabalho noutras terras, como por um desejo muito forte de participar activamente na construção deste país que é tão querido a tantos dos seus filhos (mesmo que isso implique menores rendimentos, traz consigo uma maior satisfação moral e patriótica — valor este que necessariamente cada vez mais se engrandecerá). O outro, é a modernização das técnicas postas ao serviço das populações serranas nos campos da exploração florestal e silvo-pastoril ou mesmo da agro-pecuária, técnicas essas que levarão à elevação do nível de vida e da profissionalização das gentes rurais. Por fim, muitos portugueses encontrarão, face ao desemprego e à turbulência da revolução, um meio mais seguro e mais pacato e com capacidade de tamponização no sector agro-silvo-pastoril do que na cidade.

Todavia surge um outro factor que importa analisar.

Existe um certo apego à terra natal que é responsável, em muitos casos, por uma expansão dos povoados, mesmo quando estes são muito isolados. Do ponto de vista da colectividade nacional, estes são já completamente inviáveis devido aos elevados custos e baixíssima reprodutividade das infra-estruturas necessárias a um nível de vida condigno: água, electricidade, esgotos, comunicações, etc. Portanto, importa combater desde já tal expansão.

Mas não se deve ser contundente nesta matéria porquanto não serão as palavras, mas essencialmente as obras accionadas em centros populacionais mais importantes, que hão-de polarizar para estes a vida das populações hoje isoladas.

Ora, o desejo de expansão há-de levar por certo muita gente (de entre os utentes dos baldios) a reivindicar para si uma parcela destes. Isso constituirá um certo preço a suportar em parte pela comunidade nacional (pelo menos boa aplicação dos seus recursos económicos) e em parte pela comunidade local (pelo menor nível de satisfação das necessidades sociais). Preço este que constitui uma contrapartida à evolução das mentalidades e da economia que entretanto é imperioso que se opere. Isto para dizer que se trata dum fenómeno transitório, cuja importância se reduzirá à medida que o socialismo se for implantando no país.

### **3.2. Colectivização do trabalho**

Caracterizando-se a floresta por uma reduzida aplicação de mão-de-obra, ou melhor dizendo, de trabalho humano, não poderá esperar-se no sector florestal uma significativa colectivização do trabalho. Todavia algumas actividades poderão, ainda por muito tempo, empregar muita gente, nomeadamente aquela que tem menores possibilidades de acesso a uma formação profissional mais evoluída: é por exemplo o caso da resinagem, e mesmo duma exploração florestal com fraco emprego de maquinaria.

Por outro lado, profissões como a de pastor estarão votadas ao desaparecimento ao mais breve prazo, aliás sem qualquer problema pois os gados podem ser mantidos através doutros processos de controle e compartimentação.

Portanto, ao falar-se em colectivização de trabalho, refere-se essencialmente a construção de hábitos de trabalho comum. Na verdade, tem uma importância muito grande, para a construção do socialismo, o trabalho em comum, isto é, o estudo colectivo dos problemas, a tomada duma consciência comum, as decisões colectivas, a confiança mútua, e a solidariedade. Ora, estas formas existiram já — e importa agora ressuscitá-las, ou criá-las de novo quando não tenham existido. É esse o grande papel das Assembleias de Utentes consagradas na lei (para além dos objectivos imediatos da gestão dos baldios).

Também aqui haverá um grande campo de acção, pois se trata de pôr a funcionar ou manter em funcionamento um sistema colectivista e democrático, defendendo-o de todos os oportunistas e agressões, claros ou encobertos, em face da grande responsabilidade da administração dum património valioso que deve ser transmitido enriquecido às gerações seguintes.

# A FLORESTA À LUZ DO SOCIALISMO

A floresta é um sistema produtor de produtos comercializáveis mas também, e em grau tão elevado que lhe confere notável especificidade, produtor de bens secundários ou produtos indirectos. Daí e dos seus longos períodos de gestão de rendimentos, a sua acentuada vocação social.

Por estes motivos a floresta constitui, pelo menos nos países mais evoluídos, um sector sob o domínio directo do Estado, em maior ou menor grau. Assim é que, em países como a França por exemplo, as áreas florestais do Estado representam qualquer coisa como 60% da floresta francesa. Pois nos países socialistas é ela praticamente na sua totalidade, pertença do Estado.

Em Portugal, apenas 1,7% da floresta portuguesa pertencem ao Estado (as Matas Nacionais). Têm estado sob o seu domínio os baldios, que todavia são pertença das autarquias, e que representam 10,5% da floresta portuguesa. Assim, cerca de 88% da área florestal é do domínio privado.

A exploração florestal exige, para ser racional, extensas áreas de intervenção. Na verdade, a necessidade de obter anualmente rendimentos da floresta, bem como a necessidade de empregar em pleno os meios necessários implicam a existência de grandes áreas de administração.

Ora estas áreas são incompatíveis com a propriedade privada (sempre reduzida, isoladamente, por maior que seja). Este facto acentua-se se se pensar que no socialismo não há lugar para os grandes proprietários.

Por outro lado, a floresta, como foi já referido, emprega muito pouca mão-de-obra. Por este motivo, ao pensar-se em associações florestais não se pensa, geralmente, em cooperativas ou associações de produtores, mas sim de proprietários.

Portanto, vê-se assim que a floresta é um meio que, quando nas mãos do particular, favorece mais o capitalismo que o socialismo, já que este último implica trabalho (que o proprietário florestal não tem), enquanto aquele encerra a ideia do rendimento, ou melhor, do lucro (que o proprietário florestal tem tanto maior, relativamente, quanto maior for a sua floresta).

Do exposto facilmente se conclui da necessidade de não sobrevalorizar os produtos florestais. E com mais forte razão, agora que as fábricas de celulose estão nacionalizadas.

Hoje em Portugal apresenta-se-nos um outro problema, todo novo. Com a restituição dos baldios aos seus utentes, vamos topar com uma grande desigualdade na distribuição da riqueza, em comunidades da mesma natureza.

Para ilustrar esta situação, e não dispondo de momento de números respeitantes às freguesias mas apenas aos conselhos, dir-se-á que enquanto o concelho de Bragança, por exemplo, tem 35 mil hectares de baldios, no mesmo distrito o concelho de Freixo de Espada à Cinta tem apenas 350 hectares, ou que, no distrito de Aveiro, enquanto o concelho de Ovar tem 3 mil hectares de Perímetros em dunas, o de Arouca tem 4 mil hectares cuja potencialidade é de produção e não, como aqueles, de protecção.

De facto, a restituição dos baldios aos povos só faz sentido se significar também a entrega aos povos das respectivas receitas. Mas tal não pode ser um entrave à construção do socialismo, e este caracteriza-se por uma criteriosa distribuição e aplicação de recursos financeiros, e por um forte planeamento.

E estamos certos de que agora não mais sucederá o que antes era hábito: a aplicação dos dinheiros, que eram pertença de povoações serranas, predominantemente nas sedes de concelho ou de freguesia, obrigando aquelas a manter o seu dramático retardo. A participação dos povos na vida dos municípios é disso o melhor garante.

Desta forma, os dinheiros estatais, serão aplicados com maior intensidade nas autarquias que têm menores proventos ou maiores carências.

Numa fase mais adiantada, quando as freguesias que auferem maiores receitas dos baldios tiverem as suas necessidades satisfeitas em grau mais elevado do que as restantes, cremos que se imporá a intervenção do Ministério das Finanças, actuando pelo mecanismo dos impostos como em todos os sectores, por forma a o Estado ir buscar recursos àqueles que mais têm, para poder canalizá-los para os mais carecidos.

Importa salientar que a última questão não constituirá de modo algum um entrave ao socialismo, desde que seja enfrentada nos termos propostos. Pelo contrário, poderá constituir um bom motor. Na realidade, a devolução dos baldios aos povos será um processo de levar as populações serranas a trabalhar colectivamente.

Corre-se neste processo o risco de reavivar o espírito de posse — todavia, posse colectiva. Há pois que colocar um especial cuidado para que o sentido de posse colectiva não tome, para com os povos vizinhos, o mesmo sentido egoísta da posse individual, típico da sociedade burguesa. É essencial criar o espírito de que os povos são, isso sim, os usufrutuários duma riqueza, e não os seus donos.

Mas, de qualquer modo, o socialismo admite, principalmente nas suas primeiras fases, a posse colectiva dos mais importantes meios de produção. Haja em vista, por exemplo, as cooperativas agrícolas nos países socialistas.

Assim, os baldios passarão a ser a base dum regime socialista em algumas das mais atrasadas regiões do nosso País.